

**Secretaria de Educação e Cultura
Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy –
IFESP**

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

REINVENTAR PARA

GARANTIR O FUTURO DO IFESP

Natal/RN

Junho de 2017

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

1.1. BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	
1.2. IDENTIDADE INSTITUCIONAL	
1.2.1. Missão	
1.2.2 Visão	
1.2.3 Objetivos e Metas.....	
1.2.4 Área de Atuação acadêmica	

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

2.1 INSERÇÃO REGIONAL.....	
2.2 PRINCÍPIOS FILSÓFICO E TÉCNICO-METODOLÓGICO GERAIS QUE NORTEIAM AS PÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO	
2.2.1 Ética	
2.2.2 Respeito à diversidade	
2.2.3 Autonomia institucional	
2.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	
2.4 PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, ESTABELECENDO OS CRITÉRIOS GERAIS PARA DEFINIÇÃO DE:	
2.5 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES;	
2.5.1 oportunidades diferenciadas de integração curricular	
2..5.2 Atividades páticas de estágio;	
2.5.3 Desenvolvimento de materiais pedagógicos;	
2.5.4 Incorporação de avanços tecnológicos	
2.6 POLÍTICAS DE ENSINO	
2.7 POLÍTICA DE GESTÃO	
2.8 POLÍTICA DE PESQUISA	
2.9 POLÍTICAS DE GESTÃO	
3 DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS	
3.1 CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS	
4 PERFIL DO CORPO DOCENTE	

4.1 QUADRO DOCENTE DO IFESP, COM TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO

4.2 TITULAÇÃO ATUAL DOS PROFESSORES FORMADORES

5 CORPO DISCENTE

5.1 POLÍTICA DE ATENDIMENTO

5.2 FORMA DE ACESSO

5.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

5.4 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

6 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES

7.1 COORDENAÇÃO DE CURSO

7.2 GRUPOS INTERDISCIPLINARES

7.3 NÚCLEOS ESPECÍFICOS

7.3.1 Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação –NEPE

7.3.2 Núcleo Interinstitucional de Educação Sexual –NIES

7.3.3 Núcleo de Educação à Distância- NEA

7.3.4 Núcleo de Formação de Professores do RN(NUFERN)

7.3.5 Escola Estadual Presidente Kennedy (Escola Laboratório)

7.4 COMISSÕES ESPECÍFICAS

7.4.1 Comissão de avaliação e pesquisa (CPA)

7.4.2 Comissão de controle interno (CCI)

7.4.3 Comissão própria de avaliação

8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

9 REFERÊNCIA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI 2017/2022

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Governador do Estado
Robinson Mesquita Faria

Secretaria de Estado da Educação e da Cultura
Cláudia Sueli Rodrigues Santa Rosa

Diretora Geral do IFESP
Antônia Zélia de Assis Dantas

Coordenador Administrativo
Hebert Ezequiel Fernandes de Medeiros

Coordenadora Pedagógica
José Paulino Filho

Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação – NEPE
Arandi Robson

Organizadores do PDI

Antônia Zélia de Assis Dantas
José Paulino Filho

Colaboradores na elaboração do PDI

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – Centro de Formação de Profissionais da Educação – IFESP, previsto para o período 2017 – 2020, apresenta-se como um conjunto de ações fundamentado em Diretrizes que norteiam os rumos da Instituição, redimensionando a necessidade de sua inovação para atender as demandas existentes no Sistema de Educação da rede pública de ensino do Rio Grande do Norte.

O cumprimento da missão do IFESP se expressa a partir de objetivos e metas propostos no **Projeto Pedagógico Institucional – PPI** e constituem, antes de tudo, pilares para que sua gestão venha garantir os avanços já alcançados e o desenvolvimento da expansão da oferta de formação inicial e continuada aos profissionais da educação por meio do ensino, pesquisa e extensão.

A elaboração do PDI 2017/2020 do IFESP, traz no seu conteúdo, textos produzidos anteriormente, revistos, atualizados e ampliados. Contou com a participação da Direção Geral; Coordenações Pedagógica, Administrativa e Financeira; representações do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação – NEPE; Coordenação de Cursos de Graduação e Pós-Graduação; representação de colegiado, alunos, funcionários e da Comissão Própria de Avaliação – CPA, sendo submetido à apreciação do Conselho Científico Pedagógico e aprovado pelo do Conselho Administrativo.

Os objetivos do PDI visam ao alcance da missão do IFESP nas diversas dimensões institucionais (ensino, pesquisa e extensão). De acordo com o Estatuto em seu Art. 3º (RIO GRANDE DO NORTE, 2002), bem como os princípios e objetivos expressos no Regimento Geral (RIO GRANDE DO NORTE, 2004), o plano tem por finalidade principal nortear a gestão administrativa e acadêmica durante o quinquênio 2017-2021.

Dentre os objetivos estratégicos desse Plano, visando atingir sua finalidade principal, propõem-se: proporcionar a construção do perfil profissional dos alunos do IFESP, através de uma formação técnica, humana e ética atrelada ao desenvolvimento científico, tecnológico e capaz de ampliar a consciência e o compromisso profissional com as demandas sociais, políticas e ambientais e promover a avaliação permanente sobre as ações desenvolvidas por todos os segmentos da Instituição como mecanismo de orientação para expansão, aumento da eficácia institucional, especialmente, no aprofundamento dos compromissos e responsabilidades para com a rede pública de ensino do Estado do Rio Grande do Norte

O documento (PDI) traz marcas bem definidas dos planos anteriores, uma produção construída a várias mãos, com previsão para um período de cinco anos. Foi estruturado considerando a sequência de conteúdo estabelecida no Art. 16 do Decreto 5.773/2006, que se encontram organizados nas seções que se apresentam.

Primeiramente o documento exhibe um Breve Histórico da Instituição e descreve sua identidade, explicitada na missão, objetivos e metas, visão e sua área de atuação. A segunda seção suscita os elementos formativos do Plano Pedagógico Institucional (PPI), partindo do marco situacional à Inserção Regional, abrangido os aspectos gerais da Instituição; trata de forma mais específica da dimensão pedagógica, política e social da IES. A terceira seção é composta de uma exposição do contexto atual de ofertas e expansão dos cursos, autorização e outros detalhes importantes para o funcionamento da instituição. A quarta seção acena para o perfil do corpo docente, distribuição da carga horária, perfil e forma de acesso ao IFESP; a quinta parte contempla as políticas de atendimento ao discente, forma de acesso, organização estudantil e acompanhamento do egresso. A sexta faz menção ao corpo técnico administrativo. A sétima seção trata da organização administrativa a qual compreende a estrutura organizacional da instituição; a oitava descreve sobre a avaliação e acompanhamento do desenvolvimento da instituição e a nova e última seção dispõe as referências consultadas na construção do referido plano.

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO

A história do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy- IFESP tem suas raízes na criação da Escola Normal de Natal¹ que foi criada em 1908, através do decreto nº 178, de 29 de abril do mesmo ano. Seu objetivo era prover a formação do professor para a renovação da Instituição pública do Estado. Sendo pioneira e modelar na formação docente do Estado do Rio Grande do Norte, constituiu-se também como símbolo de uma nova época, no anúncio de uma sociedade que se pretendia inovador.

Em 1960, pela lei de número 2.889, de 11 de janeiro, a Escola Normal de Natal sofre transformações, inclusive para adequar-se à Reforma Capanema (1935/1937), passando, a partir de então, a ser reconhecida como Instituto de Educação de Natal. Mas, somente em janeiro de 1961, através da Lei nº 2.639, torna-se legalmente Instituto de Educação, funcionando nas instalações de um prédio, em frente a praça Pedro Velho, que desde 1956, vinha sendo ocupado pela Escola Normal.

A referida lei determinou três tipos de estabelecimentos diferentes para ministrar o ensino normal²: o Curso Normal Regional, a Escola Normal e o Instituto de Educação. Dentre as proposições instituídas por esse decreto, foram previstas funções, que segundo Romanelli (1998), poderiam e deveriam ser completadas pelo ensino normal. E uma vez fixadas às diretrizes e finalidades para estes níveis de ensino, caberia aos Estados concentrar esforços e fomentar recursos para aplicação destas normas.

No governo de Aluísio Alves, o Instituto de Educação de Natal cede lugar ao Instituto de Educação Presidente Kennedy, que passa a funcionar em prédio próprio, construído e localizado hoje à Rua Jaguarari, em Natal. O feito de tal obra deve-se a celebração de convênio firmado entre a SUDENE, MEC/USAID e ALIANÇA PARA O PROGRESSO. A inauguração do Instituto ocorreu em 22 de novembro de 1965, e por ocasião da visita do

¹ Segundo Dantas e Aquino (2004, p. 2), “no Rio Grande do Norte, a Escola Normal constituiu-se num ponto de irradiação e de convergência das discussões referentes à educação, atuando não só no âmbito do discurso, mas contribuindo na criação de instituições culturais como: a APRN-1920, a revista Pedagogium em 1921, a Escola Normal de Mossoró em 1922 e o Departamento Estadual da ABE-1929”.

² O ensino normal ficou dividido em dois níveis. O curso de 1º Ciclo, que funcionaria como curso de regentes de ensino primário com duração de quatro anos (após o ensino primário), o qual seria ministrado nas denominadas **Escolas Normais Regionais**. Já os Cursos de 2º ciclo (após o curso ginasial), constituíam nos cursos de formação de professor primário, com duração de três anos, ministrados nos estabelecimentos denominados **Escolas Normais**. Os cursos de formação de professor primário, com duração de três anos, eram ministrados nos estabelecimentos denominados **Escolas Normais**.

Senador Robert Kennedy em homenagem ao Presidente dos Estados Unidos da América, país com o qual foram firmados os convênios de financiamentos.

Com o advento da Lei 5692/71 (BRASIL, 1971), que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, o Instituto de Educação Presidente Kennedy passa a ser denominado de Escola Estadual Presidente Kennedy - 1º e 2º graus, sob a autorização nº 394/76. O curso normal, de caráter mais humanístico, é transformado em uma das habilidades profissionais de 2º grau, ou seja, Curso de Magistério.

Em 1994, a lei nº 6 573 transformou a Escola Estadual Presidente Kennedy (situada em Natal), que formava professores em nível de 2º grau, no Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy (IFP), em nível de 3º grau.

O Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy (IFP) foi, portanto, criado a partir de uma política de qualificação docente da Secretaria de Educação Fundamental - MEC apoiado pelo Programa de Cooperação Educativa Brasil-França, adequando-se às diretrizes políticas traçadas pelo Plano Decenal de Educação para Todos (1993 – 2003) (BRAULT, 1994, p. 8).

O Projeto-Piloto de Formação do Professor em nível superior para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental está entre outros projetos que formam as linhas de trabalho do referido programa, e tem como fundamento a certeza de que a qualidade da educação básica depende da qualificação profissional dos professores. Assim, o Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade de Educação (19/10/1994) reafirma os esforços para definir e consolidar uma política nacional de magistério, criando instituições como o IFP que atendessem a essas políticas.

Em 1994, quando se inicia a história do Instituto Kennedy como instituição de ensino superior foi notória a percepção de que esse período configurou-se por redimensionar o processo de formação docente no Estado do Rio Grande do Norte, já que o magistério (nível médio) não mais respondia satisfatoriamente às exigências de um ensino de qualidade. Sobre a formação em nível médio, estudos apontavam que na educação haviam:

[...] problemas cruciais, como fragmentação de conteúdos, a fragilidade de uma formação comum de base, a desarticulação da teoria com a prática, e uma desmotivação crescente por parte dos formandos, diante da desvalorização da profissão e da descaracterização do papel social do professor (RIO GRANDE DO NORTE - PROJETO..., 1993, p. 5).

O Estado do Rio Grande do Norte resolve implantar o projeto de formação em uma Instituição estadual e passaria a desenvolver propostas pedagógicas inovadoras para formar professores de 1ª a 4ª séries e da educação infantil, como um órgão de regime especial vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e Desporto-SECD, com relativa autonomia administrativa e financeira. No ano seguinte, em 1993, tendo o projeto em mãos, o professor Michael Brault, consultor do projeto³, solicita um pedido de análise do projeto de formação ao Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Segundo Marcos Guerra (1996, p. 250), essa cooperação da universidade foi proveitosa, mas não o suficiente para fazê-la criar agilmente uma Faculdade de Educação com uma proposta diferenciada para formar professores. De acordo com Marcos Guerra;

Fizemos essa análise em conjunto com a universidade federal durante dois anos de excelente cooperação, mas a universidade não teve condições de agilidade para responder, criando algo diferenciado fora dos muros da instituição clássica de formação, que é a Faculdade de Educação (GUERRA, 1996, p. 250).

Finalmente, o convênio foi estabelecido com a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), para desenvolver a atividade formativa, como executora da experiência, em nível Institucional. Sobre esta questão a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB -, Lei 9394, aprovada em 1996, regulamenta:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Art. 63. os institutos superiores de educação manterão:
I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; [...]. (BRASIL. 1996).

Seis anos após a criação do IFP, o decreto nº 7 909 de 4 de janeiro de 2001, transforma a instituição no atual Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – Centro de Formação de Profissionais da Educação (IFESP), com amparo legal na Lei de Diretrizes e

³ Michael Brault foi o Inspetor Geral Pedagógico Regional e Inspetor de Academia na França, representante e enviado do governo francês ao Brasil para apoiar a implantação de duas experiências-piloto nos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte.

Bases da Educação Nacional – 9394/96, que demarca prazo para que todos os professores concluam sua formação em nível superior.

Tal fato representou uma conquista importante para a Instituição, pois deu-lhe o respaldo legal para ter e gerenciar seus próprios projetos, já que, de 1994 a 2000, esteve vinculada a uma universidade, à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, para conferir certificação. Mas, ao mesmo tempo, a condição de autarquia exigiu e continua exigindo dos profissionais da Instituição maior responsabilidade diante da sociedade, dos alunos e dos próprios profissionais que nela atuam.

Ainda em decorrência desse fato, a partir de 2001, o curso oferecido passou a ser o Normal Superior, substituindo o Curso de Formação de Professores de 1ª a 4ª séries do Ensino de 1º Grau. Tratava-se apenas de uma troca de nome, pois a estrutura curricular não foi afetada em suas linhas gerais.

A partir do citado período, segundo Carrilho (2002), a Instituição enfrenta sérios problemas de ingerências político-partidárias, que fragilizam as ações cotidianas, desmotivando professores, funcionários e alunos.

No ano de 2003, a Instituição passa a oferecer mais dois cursos de licenciatura: Letras - Habilitação em Língua Portuguesa e Ciências – Habilitação em Matemática - , além do curso Normal Superior. Em 2009, oferece o curso de Pedagogia e, gradualmente, extingue o Normal Superior.

Ainda em 2007, atendendo a muitas solicitações de professores, gestores e coordenadores vinculados a SEEC, inicia a oferta cursos de pós-graduação Lato Sensu, especialização em Educação Infantil, Gestão de Processos Educacionais, Educação Ambiental, Ensino da Língua Portuguesa, Educação Matemática para o Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio e Educação Matemática: teoria e prática no Ensino Fundamental.

Como Instituição de Ensino Superior preocupa-se em assegurar e consolidar não só o ensino, mas também a pesquisa e a extensão. Assim, desde 2007, oferece pelo menos dois cursos de extensão por semestre para alunos, ex-alunos e a sociedade em geral, inclusive executando Programas e Projetos vinculados ao MEC. Organizam-se também três grupos de pesquisa, os quais visam estabelecer elos entre o ensino e a extensão, são eles: Linguagem, Ensino e Aprendizagem, Gestão e Formação Docente e Ensino, Memória e Pesquisa em Educação Matemática.

Atualmente, elabora projetos de novos cursos de especialização para atender as demandas de formação continuada dos servidores vinculados a SEEC e mantém ofertas

regulares dos cursos mencionados, atendendo 1300 alunos, entre cursos de graduação, extensão e pós-graduação *lato sensu*.

1.2 MISSÃO

Promover formação de qualidade para profissionais que atuam em processos educacionais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na perspectiva de desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte.

1.3 VISÃO

Continuar sendo uma Instituição de Ensino Superior reconhecida como referência na área de formação de profissionais da Educação Básica que atuam em espaços escolares e não escolares do estado do RN, buscando a inovação e melhoria dos processos educacionais desenvolvidos pelos poderes públicos, com vistas na indução de políticas públicas voltadas para a disseminação do conhecimento científico, cultural, ambiental e tecnológico.

1.4 OBJETIVOS E METAS

Contribuir com a Educação do ensino do Rio Grande do Norte para melhoria da qualidade do ensino aprendizagem da Educação Básica da rede pública; Fortalecer a Política de Qualificação Profissional na área de educação, em nível de pós-graduação <i>lato sensu e scrito sensu</i> para atender profissionais que desenvolvem práticas educativas no setor público do RN;
Institucionalizar o Complexo Kennedy.
Ofertar formação inicial para egressos das escolas que compõem o Complexo KENNEDY e de Ensino Médio modalidade Normal.
Promoção do fortalecimento da formação Inicial e continuada para professores e servidores da rede pública de ensino, em parceria com a SEEC.
Oferta de formação para professores e servidores da rede pública de ensino de outras Secretárias.
Ampliação da produção de pesquisas acadêmicas e de materiais didáticas pedagógicas

voltadas para a formação inicial e continuadas, no âmbito da Educação Básica e Modalidades do Ensino.
• Realização cursos de formação continuada para servidores do Órgão Central, DIREDC e Escolas da rede publica de ensino;
• Ampliar do o número de vagas com a oferta de cursos de graduação e pós- graduação, <i>lato sensu</i> para atender os servidores públicos.
• Implantar cursos na modalidade de Educação a Distância.
• Redefinir de oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação.
• Ampliar o perfil do público alvo.
• Criar novos cursos de graduação e pós-graduação, para atender os servidores da rede pública.
• Atualizar o Projeto para Curso de Mestrado Profissional para Professores Formadores, Docentes e gestores escolares da educação básica.
• Criação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino/Educação Básica.
• Implantação do Mestrado Profissional.
• Viabilizar condições aos docentes e servidores para participação em eventos, congressos e encontros da área educacional, realizados no estado e em outras localidades.
• Fortalecer as ações do Laboratório de Ensino da Matemática equipado com materiais didáticos necessários á pratica da formação docente.
• Redefinir o Núcleo Docente Estruturante existente no IFESP, criando um para cada curso.
• Reativar e criar de novas linhas e grupos de pesquisa;
• Fortalecer a pesquisa nos cursos de pós-graduação.

• Criar revistas eletrônicas para publicação, interna e externa, da produção acadêmica.
• Ampliação e fortalecimento das ações de extensão do IFESP.
Amplia atividades de extensão na modalidade presencial e à distância. • Oferta de cursos e oficinas • Retomar os estudos na perspectiva investigativa considerando o Complexo Kennedy como um dos campos para a pesquisa; • Revisar os grupos de pesquisa da Instituição para a elaboração e reorganização dos projetos junto aos alunos da extensão, graduação e pós-graduação; • Atualizar os Projetos de cursos da Graduação e da Pós Graduação; • Organizar a produção acadêmica institucional na Biblioteca Crisan Siminéia; • Organizar e sistematizar o acervo eletrônico do IFESP; • Criar da revista eletrônica da Instituição para publicação de periódicos
• Oficializar convênios, por meio de documento endereçado às Secretarias de Educação, respaldados na legislação em vigor. • Regularizar parcerias com outras instituições para realização de atividades em espaços escolares (Ong's e outros). • Criar um Fórum com representantes do IFESP e das unidades campo de estágio, visando uma política de estágio.
Colaborar na construção do Sistema de Avaliação institucional da rede estadual de ensino. Consolidar a Avaliação Institucional como atividade permanente no IFESP;
Promover formação pedagógica para educadores que atuam na Educação Básica e Modalidades do Ensino, considerando o PNE, PEE, BNCC e as DCNs. • Oferecer cursos de formação continuada na modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, considerando a experiência acumulada pela Instituição e de seus profissionais nessa modalidade;

• Ofertar cursos de formação continuada atendendo as demandas dos planos no que se refere à universalização da alfabetização; • Promover palestras, conferências e debates com estudiosos sobre temas da educação.
Celebrar Convênios com o MEC para implementação de programas e planos de formação para profissionais da educação. • Participação em editais;
Colorar na elaboração dos Referenciais Curriculares do Estado para Educação Básica da rede estadual de ensino;
Assegurar o espaço destinado ao campo experimental da formação docente por meio da institucionalização do Complexo Kennedy. • Elaborar projetos ouvindo as necessidades pedagógicas das escolas envolvidas no complexo; • Definir estratégias para a continuidade dos alunos, dentro das escolas do Complexo.
Estabelecer parcerias/convênios com outras IES para utilização do acervo bibliográfico;
Institucionalização do sistema de informatização do registro acadêmico e autoavaliação institucional.
Criar o núcleo de Psicopedagogia e Psicologia para atender alunos e professores das escolas do Complexo. • Estabelecer parcerias com instituições públicas de atendimento psicopedagogo ou psicológico
Reorganizar as ações do Núcleo de Educação Sexual e aquisição de mobiliário e material de recursos pedagógico;
Incentivo à formação continuada de professores formadores, docentes e técnicos administrativos do IFESP;
Ampliação da participação do IFESP em fóruns institucionais da educação;
Apoio à criação do diretório acadêmico. • Apoiar às ações do Diretório Acadêmico do IFESP.

Revisão do Estatuto do IFESP.
Redimensionar e ampliar a comunicação das ações desenvolvidas no IFESP, tornando público os compromissos que a Instituição assume com a comunidade acadêmica e a sociedade. • Ampliação dos meios de comunicação do IFESP por meios do portal/site, murais, jornal interno e revista eletrônica;
Promover a filiação como IES às entidades nacionais e internacionais de natureza acadêmico/ científica.

1.5 ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy-Centro de Formação de Profissionais da Educação-IFESP, criado pela Lei Nº 7.909, de 04 de janeiro de 2001, é um autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura-SEEC, com personalidade jurídica de direito público, gozando de plena autonomia administrativa, didático-científica, de gestão financeira e patrimonial. No momento a Instituição oferta cursos de graduação em Pedagogia-Licenciatura, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letra além de cursos de Especialização Lato Sensu em Educação Infantil, Gestão de Processos Educacionais, Educação Ambiental, Ensino da Língua Portuguesa, Educação Matemática para o Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, Educação Matemática: teoria e prática no Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos: saberes e práticas docentes. O IFESP, pretende expandir sua atuação com a implementação do Ensino a Distância e o curso de graduação em Ciências da Natureza e Matemática numa abordagem interdisciplinar.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

2.1 INSERÇÃO REGIONAL

O Instituto atualmente atende a 30 turmas somando-se no total de 1050 alunos matriculados e tem como campo principal de atuação a cidade de Natal (com 30 dos alunos) e da grande Natal (70%) dos alunos de graduação de pós-graduação. Também atendemos a demanda de formação advindas dos municípios de Brejinho, Bom Jesus, Canguaretama, Ceará-Mirim, Goianinha, João Câmara, Lagoa de Pedra, Lagoa Salgada, Macau, Maxaranguape/Maracajá, Guamaré, Monte Alegre, Nísia Floresta, Santo Antônio do Salto

da Onça, Parazinho, Poço Branco, Rio do Fogo, Santa Cruz, Santa Maria, São José de Mipibú, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, São Paulo do Potengi, Florânia, Parelhas, Afonso Bezerra, São Tomé, Parazinho e Santa Maria.

O serviço prestado pela Instituição prima por um atendimento de qualidade, de modo que o resultado de sua ação educativa tenha impacto no sistema de ensino da rede pública, na comunidade e contribua assim para melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e para o desenvolvimento regional.

2.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO;

O Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy na escolha de sua Missão se compromete em orientar as suas ações formativas com ênfase na formação do ser humano. Fundado nesse processo formativo os profissionais formados pelo IFESP deverão incorporar o exercício da docência referenciado por práticas que permitam o desempenho da reflexão crítica e da solidariedade, no pensamento de que através dessas é que se pode construir uma sociedade justa e democrática.

No projeto pedagógico institucional, o IFESP estabelece os fundamentos para a consolidação dessa referência e defini os conhecimentos teóricos e as habilidades científico-tecnológicas necessárias ao processo formativo, que é anunciado através do ensino, das produções e de outras formas de divulgação. Traça ainda, os princípios e valores prioritários ao desenvolvimento das suas ações formativas:

2.2.1 Ética

Considerando a docência como uma profissão de interação humana, é necessário cultivar o partilhamento efetivo das relações coletivas, o bem viver, o diálogo entre os sujeitos, o respeito mútuo e a solidariedade.

2.2.2 Democracia

Enquanto valor, a participação coletiva, descentralização das decisões, transparência na gestão, diálogo permanente com a comunidade acadêmica.

2.2.3 Respeito à diversidade

Esforço para garantir os Direitos Humanos e preservação das diferentes identidades culturalmente construídas. Atendimento às diferenças e as peculiaridades dos estudantes, professores e funcionários, visando o seu desenvolvimento integral.

2.2.4 Autonomia Institucional

Busca por uma consolidação do IFESP enquanto Instituição de Ensino Superior, desenvolvendo suas ações articuladas com outras IES e com a Secretaria de Educação do Estado, mas sem perder de vista sua autonomia e seu reconhecimento social.

2.2.5 Organização didático-pedagógica da instituição:

A organização didático-pedagógica do IFESP está centrada na coordenação pedagógica institucional, nas coordenações dos cursos de graduação e pós – graduação, em comissões específicas que se organizam para esse fim e nos procedimentos individualizado ou coletivos que provêm das ações dos professores formadores.

2.2.6 Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas, estabelecendo os critérios gerais para definição de:

2.2.6.1 Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares;

Dentre as inovações pensadas para as instituições do futuro vislumbra-se a flexibilidade curricular. A flexibilidade proporciona um movimento mais dinâmico das disciplinas ofertadas pelos cursos, permitindo que a matriz curricular organize os conhecimentos de forma mais diversificada e que atenda a realidade das demandas da sociedade.

Nesse sentido, os currículos previstos pelos cursos de Licenciatura do IFESP para responder a essa demanda, e integralizar as suas cargas horária, oferecem além dos componentes curriculares previstos por cada curso, atividades complementares, atividades diversificadas, estágios e disciplinas optativas, permitindo ao estudante maior enriquecimento no seu processo formativo.

Em vista a flexibilidade, ainda se vislumbra proporcionar aos egressos atividades de pesquisa e extensão. É através do trabalho da pesquisa que esses têm a oportunidade de desenvolver a reflexão crítica, promover e divulgar o conhecimento. As atividades de extensão permitem que a função social da instituição seja efetivada, ao mesmo tempo, que permite aos estudantes, partícipes desse processo, interagirem com a comunidade num a atitude de reciprocidade.

2.2.6.2 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular;

Os procedimentos para integralização curricular concernente à duração dos cursos de graduação-licenciaturas no Instituto estão fundamentados na Lei 7.993, de 26.10.2001 e Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, observando a carga horária mínima para desenvolvimento destes. Assim, a integralização das licenciaturas, no IFESP, levarão em consideração os tempos mínimos e máximos de integralização do currículo, correspondente a carga horária total, propostas nas matrizes curricular dos Cursos, bem como nos seus Projetos Pedagógicos.

Somam-se ainda a forma de integralização dos Cursos os componentes curriculares: pesquisa e Prática pedagógica, TCC e Estágio. A primeira totaliza 320 horas distribuídas ao longo do curso, a partir do primeiro período. O Estágio se realiza a partir do quinto período correspondendo a 400 horas de atividades e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado nos dois últimos períodos do curso, com uma carga horária de 120 horas de atividades.

Atendendo os tempos previstos na Lei nº 9.394/96, o IFESP equacionará a carga horária total do curso em, no mínimo, 200 duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo. Referindo-se ao ingresso dos alunos por transferência ou aqueles que requerem aproveitamento de estudo, estes receberão tratamento específico de integralização curricular, conferindo o previsto no Regimento Interno da Instituição.

2.2.6.3 Atividades práticas de estágio;

As práticas de estágio são regulamentadas pela Resolução-----
-----, que disciplina os estágios para os cursos de formação de professores da Educação Básica e pela Resolução. O processo regulatório está bem estabelecido, porém é dinâmico, com atualizações conforme novas legislações se apresentam. Existem dois tipos de estágios: os curriculares obrigatórios e os curriculares não obrigatórios. Todos os estágios são atividades formativas, devem constar do projeto pedagógico do curso e, ainda, estar sempre vinculados de forma direta ou interdisciplinarmente à área de formação profissional do acadêmico.

Os estágios obrigatórios no IFESP são realizados em ambientes externos e nas escolas que compreendem o Complexo Kennedy. O estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto pedagógico de curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de

diploma. O estágio não obrigatório compreende as atividades opcionais, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Cada curso de graduação do IFESP estabelece em seu PPC a política de estágio, seja curricular obrigatório ou não obrigatório, e elabora um regulamento de estágio do curso, no qual constam as competências e habilidades, a forma acompanhamento, instrumentos de avaliação e as atribuições de todos envolvidos no processo.

O estágio de cada curso de graduação é mediado por dois professores formadores, ministrante da disciplina, cuja articulação é realizada por outro professor, que deve acompanhar o planejamento das atividades do estágio e promover a integração entre a IES e as escolas laboratórios do estágio.

2.2.6.4 Desenvolvimento de materiais pedagógicos;

O Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy possibilitado ao corpo docente a produzir materiais pedagógicos próprios, tais como: Cadernos de Formação, manuais para elaboração de trabalhos científicos, artigos, mídias didático-pedagógicas e livros, sendo o último de maior produção nos Cursos de Especialização. Recomenda-se que esse material seja utilizado como atividades didáticas para os cursos que oferece. Também disponibiliza materiais didático-pedagógicos através do LAMKE (Laboratório de Matemática), que agrega jogos desenvolvidos pelos acadêmicos, especialmente do curso de matemática.

2.2.6.5 Incorporação de avanços tecnológicos

A concretização do emprego dos recursos tecnológicos que auxiliam o docente em suas aulas, oferecido pela instituição ainda são precários e escassos, apenas 60% das salas de aula são equipadas com multimídia e o computador é propriedade do professor. Existe o sistema interligado a internet, o provedor utilizado é Giga\metrópoles, apesar de ter sido uma boa aquisição, mas como ainda encontra-se em fase de experiência, muitos problemas são ocasionados.

Contudo, existe um grande incentivo para o uso das Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs), utilizadas por muitos professores e pela Instituição como meio facilitador do processo de ensino-aprendizagem. A instituição e já desenvolve cursos de formação continuada aos servidores do Estado, gerenciado pela plataforma Moodle.

2.2.7 Políticas de Ensino

Os Cursos de Graduação em Licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa, em Matemática e em Pedagogia – ofertados pelo Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP), em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior, preconizados pela Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, objetivam formar profissionais para atuar na Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (Modalidade Normal), visando à ampliação, o fortalecimento e o aprimoramento de suas competências intelectuais e profissionais, em uma perspectiva humanística, de modo que seja capaz de assumir, enquanto cidadão e educador, uma participação consciente, ativa e construtiva nos processos educativos e sociais, com vistas ao exercício pleno da cidadania.

Desse modo, primamos pela elevação do padrão de qualidade, tanto da educação como da formação dos profissionais atuantes, procurando garantir uma formação intelectual, cultural, técnica, ética e política, na qual os conhecimentos teóricos e práticos inter-relacionados contribuam significativamente para uma compreensão da realidade educacional e do trabalho educativo para a constituição das competências necessárias à valorização do ato pedagógico compreensivo, crítico, seguro e eficaz pelos profissionais licenciados.

Para tanto, consideramos, na formação profissional as múltiplas dimensões e complexidade de conhecimentos que a envolvem, delineadas em um currículo flexível e dinâmico, no sentido de favorecer a formação pautada na relação teoria-prática e possibilitar práticas pedagógicas inovadoras, estudos interdisciplinares e transdisciplinares que favoreçam o desenvolvimento ético e democrático, de pertinência e relevância social, de envolvimento efetivo, afetivo e estético, construtivo da sua formação, cujo dinamismo se expressa no intercâmbio e parcerias com outros cursos, instituições e profissionais da educação, nos trabalhos em parceria e nas alternâncias entre situações de formação no âmbito acadêmico e situações de ação docente no âmbito escolar e não escolar.

Assim concebido, o processo formativo deverá propiciar ao licenciado o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania; a abertura à pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações.

No Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP), a política de Formação Continuada está atrelada à oferta de Cursos de Especialização para os educadores da rede pública de ensino do Rio Grande do Norte, com objetivo de aprofundar estudos nas diferentes áreas do conhecimento, com foco na pesquisa, sobre a prática docente, de forma a contribuir com a melhoria da qualidade no sistema educacional do RN. Busca discutir a

gestão escolar, a ação docente na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, e suas modalidades, assim como as questões relacionadas à preservação do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural.

De acordo com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFESP, a pós-graduação fundamenta-se “num processo de diversidade com qualidade, permitindo que profissionais da educação possam encontrar opções de cursos para sua qualificação e aperfeiçoamento” (PDI, 2007, p. 30).

O primeiro processo seletivo para ingresso foi realizado em fevereiro de 2008, no qual foram oferecidos os seguintes cursos: Especialização em Educação Infantil, Educação Ambiental, Gestão de Processos Educacionais, Educação Matemática para o Ensino Fundamental (anos iniciais) e Médio e o de Educação Matemática: Teoria e Prática no Ensino Fundamental. Ressalta-se que, em 2009, o Curso de Educação Ambiental foi reestruturado passando a denominar-se Curso de Especialização Educação Ambiental e Patrimonial. Nesse ano também foi criado o Curso de Especialização em Ensino da Língua Portuguesa.

Com a ampliação da oferta dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* no IFESP, em 2012, foram oferecidos, além dos cursos citados anteriormente, o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos: saberes e prática na formação docente, destinado aos profissionais que atuam nesta modalidade de ensino, assim como o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase no Sistema Prisional. Este teve como público alvo os educadores da rede pública estadual e municipal (docentes e gestores) e os profissionais do sistema penitenciário (gestores e agentes). O curso foi promovido pelo MEC, através da SECADI, tendo o IFESP como Instituição formadora. Vale ressaltar que o referido curso foi pioneiro no campo da Pós-graduação *Lato Sensu*, no Estado do RN.

Os Cursos de Especialização, no IFESP, buscam também atender a formação continuada dos docentes que atuam no Complexo Educacional Kennedy, promovendo a articulação entre os segmentos do ensino, a pesquisa e extensão, com vista à melhoria do processo de ensino e aprendizagem das diferentes áreas do conhecimento.

Atualmente, na Instituição estão em andamento cinco Cursos de Especialização, atendendo a nove turmas de profissionais da educação que atuam na capital e no interior do estado do RN. O processo seletivo para os referidos cursos ocorre anualmente, na modalidade presencial.

Gradativamente, o IFESP visa ampliar sua atuação na formação dos docentes que atuam em diversos municípios do RN, com vista a continuar atendendo as demandas do Sistema Educacional. Pretende expandir a forma de oferta dos cursos presenciais na modalidade de Educação a Distância. Além disso, o instituto está se organizando para criação e implementação do seu primeiro mestrado profissional e já encontra-se em funcionamento sua revista científica eletrônica.

Para o primeiro semestre de 2018, a previsão é oferecer dois cursos novos cursos em parceria com a Escola de Governo. O Curso de Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador e Gestão em Educação Fiscal.

2.2.8 Políticas de Extensão;

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 9394/96, que apresenta em seu Art. 43 as finalidades de uma IES, encontra-se no Inciso VII, “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica na instituição.” (BRASIL, 1996, p. 15).

Desse modo, compondo o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, essa última desempenha um papel articulador entre o ensino e a pesquisa, além de ser aquela que oferece à sociedade serviços que vão além dos cursos formais e que podem vir a causar impacto direto no desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural dessa sociedade.

Em conformidade com o que afirma Silva Filho (2001, p. 2)

A extensão é, portanto, primariamente voltada à comunidade extramuros, baseia-se nos conhecimentos, metodologias e infraestruturas da IES e não conduz aos já mencionados diplomas e títulos universitários, nem à pesquisa científica e tecnológica, ou à criação artística de fronteira.

No Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – IFESP, a oferta de atividades de Extensão é recente, datando do ano de 2010 e conforme a Resolução nº 04, de 20 de dezembro de 2010, instituída há exatos 14 anos após a **promulgação da LDBEN, nº 9394, é definida em seu Art. 1º como,**

[...] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar relações transformadoras entre a instituição e a sociedade, permitindo novas criações, socializações e mudanças recíprocas, com o envolvimento e inserção de alunos, professores e técnico-administrativos, em experiências reais junto a diferentes grupos e populações que com elas interagem (RIO GRANDE DO NORTE, 2010, p. 1)

Do ano de sua implantação até os dias atuais, cursos, eventos, produtos e prestação de serviços vêm sendo oferecidos à comunidade, dentre eles: os cursos de Yôga e Qualidade de Vida; Cuidando do educador: partilhando experiências e construindo alternativas para os dilemas do cotidiano escolar; Brincando para aprender e aprendendo para brincar; Letramento Literário: caminhos para a leitura literária no ensino médio; Estratégias metodológicas em Educação Sexual; Material concreto, geometria e álgebra: uma relação estimulante no 6º e 7º anos do Ensino Fundamental; dentre outros.

Quanto aos eventos podemos citar: Extensarte do RN; Seminários PARFOR, nas edições I, II e III; II Colóquio do Imaginário, em parceria com a UERN; Mostra Artístico-Literária e Cultural – MALC, nas edições I, II, III, IV, V e VI; Encontro Científico-Pedagógico, nas versões I, II e III, I Congresso Estadual de Educação de Jovens e Adultos – CONEJA, dentre outros.

No quesito produtos foram organizados e lançados os Cadernos de Formação Docente, volumes I, II e III, Caderno Formativo para o Programa RN-Alfabetizado e o livro Educação de Jovens e Adultos no Espaço Prisional: Encontro de Diferentes Olhares.

O grande desafio posto na atualidade diz respeito à oferta de atividades articuladas ao ensino e à pesquisa, considerando, dentre outras, a demanda oriunda das escolas do Complexo Kennedy. Nesse sentido ressaltamos a oferta de um curso para a elaboração do Projeto Político Pedagógico.

2.2.6.8 Políticas de Pesquisa

Em um cenário no qual se busca aplicação dos conhecimentos assimilados no cotidiano, a primeira aproximação do aluno do IFESP ao reconhecimento científico realiza-se por meio das disciplinas cursadas como Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP) e Ateliê de Pesquisa, enquanto que sua aptidão para formular e resolver problemas relacionados a determinadas temáticas de interesse científico processa-se a partir de sua inserção em projetos de pesquisa (ainda pouco expressivos na instituição).

O componente curricular PPP assume no currículo da graduação uma função integradora e busca articular a cada semestre letivo as demais disciplinas, tais como: Iniciação à Pesquisa, Estágio Supervisionados e Trabalho de Conclusão de Curso –TCC. A iniciação científica deve ser compreendida em duas etapas: uma, executiva, compreende a formulação e realização da pesquisa propriamente dita, em acordo com os métodos e técnicas de investigação, próprias a cada área; outra, informativa, concerne à exposição pública dos resultados obtidos, em forma oral ou escrita.

O componente curricular Ateliê de Pesquisa, na pós-graduação tem por objetivo proporcionar atividades teórico-prática que vão desde a discussão do conhecimento científico à elaboração do projeto de pesquisa, que se articula aos demais componentes do currículo, bem como a realidade das escolas da Educação Básica.

A Pesquisa buscará aproximar a comunidade a ações mais sistematizadas da metodologia científica na prática pedagógica. Além disso, serão criadas duas revistas científicas que buscaremos indexá-las ao Scielo para que se possa publicar os resultados das ações de pesquisa e ensino.

A pesquisa no IFESP por meio de Grupos de Pesquisa (GP) busca como um de seus objetivos a agrupar professores que trabalhem em temáticas comuns ou com abordagens multidisciplinares de uma mesma temática. A intenção é articular as atividades de natureza didáticos-científicas desenvolvidas nos cursos de graduação e pós-graduação, com o que é realizado nos atuais Grupos de Pesquisas.

Os objetivos dos GP são:

- congregar pesquisadores cujos projetos se organizem a partir de um tema de interesse comum e se distribuam em linhas de pesquisa associadas a este tema;
- desenvolver pesquisas de natureza científica, de inovação tecnológica, cultural, artística ou filosófica, bem como em outros temas inerentes à atividade de ensino e que sejam de interesse institucional;
- propiciar, ao estudante de graduação, a iniciação à pesquisa científica;

- contribuir para o desenvolvimento de pesquisas multidisciplinares ou transdisciplinares;
- favorecer a integração e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- estimular intercâmbios e parcerias para o desenvolvimento de pesquisas, a difusão do conhecimento produzido no âmbito do IFESP e sua divulgação para a sociedade.

Dessa forma a Pesquisa do IFESP buscará nos próximos anos se organizar em três categorias de Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Consolidado (coordenado por um doutor e com pelo menos um pesquisador permanente e se caracteriza por apresentar atuação científica regular e continuada há pelo menos três anos), Grupo de Pesquisa em Consolidação (coordenado por um doutor e constituído por pesquisadores que apresentam atuação científica incipiente) e Grupo de Pesquisa Júnior (coordenado por um professor com pelo menos título de mestre, criado em caráter excepcional em áreas nas quais a Instituição ainda não possui atuação consolidada).

Diante das demandas da Sociedade Norte-rio-grandense e da Secretaria Estadual de Educação, torna-se imperativo que no processo de iniciação à ciência o jovem se associe a um cientista experiente, empreendedor, e que se destaque pela qualidade de seus trabalhos de pesquisa. Tal associação visa delinear o perfil intelectual do jovem cientista em formação e dotá-lo com virtudes tais como: dedicação, honestidade, organização, receptividade, expressividade, espírito crítico e inovador, inerentes às suas pretensões.

Dessa forma o IFESP buscará inserir nas ações de formação do Instituto a pesquisa, que através da colaboração com a SEEC proporcionará aos professores e alunos a inserção no campo da iniciação científica. Assim, os envolvidos nessa atividade terão oportunidade de vivenciar o desenvolvimento de assimilação metodológica e autoafirmação científica quando da resolução de um problema, delineado a partir da elaboração e execução de um projeto de pesquisa que eles participam, sob a assistência de um professor orientador.

2.2.6 Políticas de Gestão

As políticas de gestão desenvolvidas pela equipe gestora do IFESP, procura acompanhar e ajustarem-se as decisões sugeridas pelos grupos interdisciplinares, pelas coordenações dos cursos de graduação e pós-graduação e do núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão- NEPE- bem como ao desenvolvimento das de formativa definidas pelo Núcleo de Formação Docente e pela Mantenedora (SEEC).

Ancorada nessas instâncias a equipe gestão busca desenvolver o trabalho voltado ao fortalecimento da instituição, quer sejam de natureza pedagógica (formação inicial e

continuada), administrativa, pessoal ou de infraestrutura física. Outro ponto essencial para a condução da política de gestão é a adequação e ajuste de uma política financeira que viabilize bom desenvolvimento da instituição, no sentido de por em prática as ações que demandam das necessidades contempladas, no plano de ação, no Plano Plurianual e no projeto do Escritório Central da Governança Inovadora.

Assim, torna-se fundamental dispor, pela escassez de recurso que ocorre no IFESP, os desafios que continuamente se tem enfrentado e a busca de soluções para que se possa desenvolver uma política de gestão que garanta a sustentabilidade das ações necessárias a um funcionamento de melhor qualidade:

- De avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2022;
- Buscar parceria para externas para aquisição de recursos;
- Investir nos projetos de inovação tecnológica;
- Fortalecer a integração entre a mantenedora, visando a melhoria da Educação Básica;
- Canalizar esforços para a construção de uma imagem institucional cada vez mais dinâmica e atual, perante a sociedade;
- Buscar incentivar a participação dos funcionários em eventos, como forma de garantir a política de pessoal;
- Investir no projeto institucional tendo como referencia o SINAES.

2.2.8 Responsabilidade Social da IES

O IFESP coloca no campo das discussões pedagógicas a necessidade de um novo olhar para os egressos. A preocupação está na busca de atividades e atitudes que possam superar as desigualdades sociais, de gênero, raça/cor, religião, deficiência e idade, haja vista, a importância de diferentes formas de mediação das práticas educativas, da construção do conhecimento e das dimensões culturais.

3 DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

O IFESP ainda encontra-se organizado conforme as determinações previstas no seu Estatuto que limitar sua área de expansão, quando sua atuação para formar os servidores que

atuam na Educação Básica da rede estadual do RN. É intenção da instituição ampliar a sua oferta a todos aqueles servidores que prestam serviços educacionais, em outras secretarias. Para atender essa política de expansão se requer a atualização no texto do Estatuto, que implica em um novo projeto, com base em uma discussão e decisões internas e externas.

Enquanto essa ampliação encontra-se no plano das ideias, o IFESP tem possibilitado a oferta de cursos de graduação e pós-graduação e extensão, inclusive tem realizado parcerias entre outras instituições para ofertar cursos de especialização. O aumento de turmas se adequa ao quadro docente que também possui um número reduzido de professores (43 professores, conforme prever o Estatuto).

A expansão é, pois, um projeto da Instituição que envolve diferentes dimensões: de pessoal, financeira, pois dessa depende o alcance de metas, tecnológicas e de infraestrutura, uma vez que são dessas dependem a realização das ações de melhoria.

3.1 CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS:

Cursos	Vagas oferecidas	Turno	Regime de matrícula	Renovação e reconhecimento
Pedagogia	33	Matutino	Presencial	
	33	Vespertino		
	33	Noturno		
Letra	33			
Matemática	33			
	33			
	33			

4 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O IFESP dispõe de um quadro de professores, denominados formadores, para desenvolver as ações inerentes ao ensino, à pesquisa e a extensão, vinculados a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, em situação de cedidos. A seleção desses professores acontece através de um processo denominado Ciclo de Estudos.

Para submeter-se ao Ciclo de Estudos, o professor inscreve-se no processo de seleção divulgado publicamente, por meio de um Edital. Para esse processo, a instituição adota uma série de atividades desde a entrevista, produção textual, análise curricular e prova didática.

A contratação dos professores selecionados é feita pela entidade mantenedora (SEEC), observadas as disposições das convenções do Estatuto da Instituição. A IES, sem negar o processo de inovação tecnológica, procura preservar muitos dos princípios inerentes a sua origem histórica, como também prima pela qualificação do seu pessoal.

Assim, o IFESP dispõe de um quadro de professores, denominados formadores, para desenvolver as ações permanentes inerentes ao ensino, à pesquisa e a extensão, vinculados a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, em situação de cedidos.

O quadro abaixo apresenta os nomes dos professores por ordem alfabética com respectivas cargas horárias, formação e titulação atual.

4.1 QUADRO DE DOCENTES DO IFESP, COM TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO

Nº	PROFESSOR (A)	RT	TITULAÇÃO
01	Adalgiza Maria Alves Pereira	Tempo Integral	Pedagogia Psicologia Mestrado em Psicologia
02	Anilda Pereira S. de Guimarães	Tempo Integral	Pedagogia Matemática Mestrado em Ciências e Matemática
03	Antônia Zélia de Assis Dantas	Tempo Integral	Pedagogia Especialização em Educação Básica Mestrado em Gestão Educacional
04	Arandí Robson Martins Câmara	Tempo Integral	Licenciado em Letras – Língua Portuguesa Especialista – em Leitura e Literatura e Gestão Escolar Mestre em Estudo da linguagem
05	Claudete Ferreira Moreira Gomes	Tempo Integral	Pedagogia Educação Artística Especialização em Supervisão Escolar
04	Denilton Silveira de Oliveira	Tempo Integral	Graduado em Educação Física Especialização em Sistema de Informação e MBA.
05	Eduardo Antonio Gurgel Cavalcanti	Tempo Integral	Filosofia Mestrado em Educação Doutor em Educação
06	Elen Dóris Barros Carlos de Amorim	Tempo Integral	Educação Física e Desportos Especialização em Educação Física Mestre em Educação
07	Elizângela Ribeiro de Oliveira	Tempo Integral	Curso de Graduação em Biologia Especialização em Políticas Ambientais Especialização de Gestão Ambiental Urbana

08	Evanir de Oliveira Pinheiro	Tempo Integral	Licenciada em Educação Artística habilitação em artes Mestra em Educação Doutora
08	Gilmar Félix da Silva	Tempo Integral	Educação Artística Especialização em Gestão Educacional
09	Ilnete Porpino de Paiva	Tempo parcial	Licenciada em História Doutora em Ciências Sociais
10	Ilsa Fernandes de Queiroz	Tempo Integral	Ciências Sociais Especialização em Pluralidade Cultural e Orientação Sexual Mestrado em Ciências Sociais
11	José Paulino Filho	Tempo Integral	Ciências – Hab. em Matemática Especialização Gestão e coordenação do processo pedagógico Mestrado em Educação Doutorado em Educação
12	Liz Araújo de Lima	Tempo Integral	Pedagogia Especialização em Estado, Política e Sociedade.
13	Liedja Lira da Silva Cunha	Tempo Integral	Graduada em Letra e Mestra em
14	Lorena Gadelha de Freitas Brito	Tempo Integral	Química Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática
15	Luciana Aires da Costa	Tempo Integral	Pedagogia Letras Especialização em Linguística Aplicada
16	Márcio de Assis Fabricio	Tempo Integral	Filosofia Especialização em Filosofia Especialização em Educação Sexual
17	Maria Aliete Cavalcante Bormann	Tempo Integral	Licenciada em Letras Doutora em Educação
18	Maria Aparecida da Silva Andrade	Tempo Integral	Letras Mestrado em Letras Doutora em
19	Maria das Neves de Medeiros	Tempo Integral	Pedagogia Licenciatura em Ciências Sociais Especialização em Pesquisa Educacional Mestrado em Educação
20	Maria de Fátima Pinheiro Carrilho	Tempo parcial	Pedagogia Licenciatura em Ciências Sociais Especialização em Pesquisa Educacional Mestrado em Educação
21	Maria José Lima dos Santos	Tempo Integral	Matemática Especialização em Engenharia de Sistemas Mestrado em Sistemas e Computação
22	Maria Rosalye Lira de Oliveira Félix	Tempo Integral	Letras Especialização em Educação Sexual
23	Maria Suely Rocha Rodrigues	Tempo Integral	Letras Educação Artística Especialização em Filosofia Espec. em Metodologia do Desenho Espec. em Novas Tecnologias na Educação

24	Maria Tereza Penha de Araújo Silva	Tempo Integral	Psicologia Especialização em Educação Especial Especialização em Psicopedagogia Mestre em Ciências Sociais
25	Marlene Fernandes Ribeiro	Tempo Integral	Pedagogia Mestrado em Educação
26	Mariza Silva Araújo	Tempo Integral	História Licenciatura e Bacharelado Especialização em História da Cultura Mestrado em Ciências Sociais
27	Nednaldo Dantas dos Santos	Tempo Integral	Licenciado em Biologia – Ciências Biológicas Mestre em C. Botânica Doutor em Ciências da Saúde Pós-doutor em Neurotecnologia e Fonotecnologia.
	Neide Medeiros Maciel	Tempo Integral	Geografia Bacharel em Comunicação Social Especialização em Educação Sexual Especialização em Formação de Formadores em Educ. de Jovens e Adultos Mestre em Geografia
28	Regina Lúcia de A. Costa	Tempo Integral	Licenciada em Pedagogia
29	Rosa Maria Silva Damasceno	Tempo Integral	Pedagogia Especialização em Psicopedagogia
30	Tânia Maria Aires da Costa	Tempo Integral	Letras Filosofia Especialização em Letras Especialização em Filosofia Mestrado em Linguística Aplicada
31	Tereza Cristina Bernardo Câmara	Tempo Integral	Educação Física Especialização em Educação Infantil Mestre em Educação
32	Waldelúcia Palhares de Souza	Tempo Integral	Pedagogia Especialização em Educação Sexual
33	Valkley Xavier Teixeira de Hollanda	Tempo Integral	História Especialização em EAD Mestrado em Educação
34	Willian de Macêdo Virgílio	Tempo Integral	

O IFESP, ainda dispõe um quadro de professores convidados (transitório), que atuam diretamente como ministrantes nos programas conveniados pelo Governo Federal e nos cursos de pós-graduação (latu senso), conta ainda com a colaboração de 07 professores cedidos (20h de atividades) pela Secretaria de Educação do Município de Natal e 01 da Secretaria l de Educação do município de Parnamirim.

4.2 TITULAÇÃO ATUAL DOS PROFESSORES FORMADORES

ESPECIFICAÇÃO	ABS	%
ESPECIALISTA	10	29,411%

MESTRE	15	44,117%
DOUTOR	09	26,470%
TOTAL	34	100%

De acordo com o quadro acima o IFESP tem hoje 73,528% dos professores formadores com titulação de pós-graduação *stricto sensu*, dois (02), entre os que têm titulação de especialista estão cursando mestrado (Em Educação) e (01) fazendo doutorado nas áreas de Ciências Sociais.

5 CORPO DISCENTE

O IFESP, em coerência com seu modelo de organização de Instituição de Ensino Superior e de Autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, toma com responsabilidade incluir os estudantes vindos da rede pública estadual e municipal dos vários municípios do Estado do RN. Reconhece o seu público com o compromisso de assegurar o acesso, permanência e o desempenho formativo pautado na promoção da igualdade e da qualidade social, consideram a grande diversidade de perfis desses estudantes, tais como, cultural, étnico, racial, sexual, de gênero, de repertório de saberes.

5.1 POLITICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

No IFESP, tem tentado desenvolver ações para minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais e busca de ações de melhorias para garantir a permanência dos alunos. Entre essas ações destacam-se as de caráter mais pedagógico, como processos de aproveitamento de estudos, e acompanhamento individualizado, quando a situação permite.

5.2 FORMA DE ACESSO

A política de ingresso nos cursos de graduação oferecido pelo IFESP é definida pelo Estatuto e Regimento que norteiam as atividades acadêmicas na instituição. Nesse sentido, a forma de acesso , tanto na graduação como na pós-graduação acontece por meio do processo seletivo (PPS), sempre conduzidos pelas coordenações pedagógicas, Comissão do PPS e pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão (NEPE).

Considerando o atual contexto, já penamos na possibilidade dos estudantes ingressarem também através da utilização das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Além dessas formas de ingresso, é previsto ainda o acolhimento dos estudantes de

outras instituições de ensino, que podem requerer ingresso por meio de transferências, nos Cursos de Licenciatura. As transferências ficam condicionadas à existência de vagas abertas em cada cursos, bem como a depender do deferimento concedido pelos coordenadores dos cursos e professores formadores, mediante análise da documentação apresentada, pelo estudante que solicita a transferência.

A seleção dos estudantes, para ingresso nas Licenciaturas, acontece por meio de um processo seletivo, feito em consonância com as normas e realidade da instituição. A seleção, que geralmente ocorre no início ou no meio de cada ano, utiliza formas variadas de instrumentos avaliativos que podem ser a produção de um determinado gênero textual, prova objetiva/discursiva, desenvolvimento de uma temática, relativa a educação, ou outros mecanismos, previstos nos Projetos do Curso.

Nos cursos de pós-graduação lato sensu, podem inscrever-se e participar do processo seletivo os candidatos portadores de diploma de curso superior. Consiste também, no ato da inscrição, o pagamento de uma única taxa, simbólica, cuja arrecadação é aplicada em benefício dos próprios cursos. A seleção pode consistir em análise de currículo, na produção de uma carta de intenção, dissertação de um tema, relativo a educação, ou outros mecanismos, previstos no projeto pedagógico dos cursos.

5.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

O IFESP compreende que deve apoiar o desenvolvimento de valores políticos que integram a formação do cidadão, por isso tem se colocado disponível para apoiar os discentes na constituição e de suas representações quer sejam em Grêmios estudantil, Diretórios ou Centros Acadêmicos. A Instituição também se abre ao diálogo, no sentido de juntos, IES e Estudante, buscarem os espaços físicos e a aquisição de equipamentos que possam contribuir, para o funcionamento daquelas entidades de atuação política estudantil.

Encontra-se em fase de conclusão um espaço de convivência para os estudantes, principalmente aqueles que residem fora da sede. Esse espaço vai ser utilizados para refeições e repousarem nos intervalos de aula e outras atividades, pertinentes, pensadas pelos a estudantes. O espaço é um anexo da instituição, adaptado e organizado para esses fins.

5.4 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A coordenação de Extensão busca como parte de suas ações e metas, desenvolver uma sistemática de atendimento aos egressos e a sociedade com um todo. O estabelecimento das políticas de extensão implementadas e implantadas na instituição, tem com intenção:

- (colocar aqui os objetivos)

5.6 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo, no IFESP, é composto pelos servidores da rede estadual, que ingressaram mediante o concurso público. Completar

6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES

O IFESP está estruturado pelo seu Estatuto da seguinte forma: Conselhos; Diretor-Geral; Coordenador Pedagógico; Coordenador Administrativo; Grupos Interdisciplinares; Núcleos Específicos e Comissões.

Órgãos Colegiados

O Colegiado de Curso, de acordo com o Regimento Geral do IFESP, é o órgão de natureza deliberativa, que gere e acompanha o desenvolvimento das ações didático-pedagógicas do respectivo curso, respeitadas as determinações do Conselho Científico-Pedagógico. É constituído por todos os professores que nele lecionam, mais a representação dos alunos nele matriculados, na proporção de 1/8 do total de membros do corpo docente do curso.

- Conselho Administrativo: Órgão máximo do IFESP, com funções normativas e deliberativas, tendo a seguinte composição: Secretário de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos; Diretor Geral; Coordenador Pedagógico; Coordenador Administrativo; 01(um) Coordenador de colegiado de cursos eleito por seus pares;

01(um) Coordenador de Ensino da Secretária de Estado da Educação e da Cultura; 01(um) Representante do Conselho Estadual de Cultura, por este indicado; 01(um) Representante do Conselho Estadual de Educação, por este indicado.

- Conselho Científico–Pedagógico: Órgão superior com funções consultivas, normativas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-científica e pedagógica, sendo composto da seguinte forma: Diretor Geral; Coordenador Pedagógico; Coordenador Administrativo; 01(um) representante dos colegiados; 01(um) representante de cada um dos Grupos Interdisciplinares escolhidos por seus pares; 02(dois) representantes do corpo discente, eleito por seus pares; 02(dois) representantes do corpo técnico administrativo de nível superior, eleito por seus pares.
- Organização e Gestão de Pessoal
- Chefia de Grupo Auxiliar:
 - a) Finanças;
 - b) Administrativo;
 - c) Pessoal e Patrimônio;
 - d) Assessoria Jurídica;
 - e) Assessoria de Planejamento;
- Cargos de provimento efetivo:
 - a) Professor Formador;
 - b) Técnico de Apoio Pedagógico Superior;
 - c) Técnico de Apoio Administrativo Superior;
 - d) Bibliotecário;
 - e) Assistente de Administração Superior;
 - f) Auxiliar Administrativo de Nível Médio;
 - g) Auxiliar de Serviços Gerais.

6.1 COORDENAÇÃO DE CURSO

O Coordenador de Curso é escolhido pela comunidade acadêmica do Curso para um período de 02 (dois) anos, na forma regulamentada pelo Estatuto da Instituição investido na função pelo Diretor Geral através de ato administrativo pertinente.

6.2 GRUPOS INTERDISCIPLINARES

Os Grupos Interdisciplinares são unidades acadêmicas didático-científicas e pedagógicas, organizadas por área de conhecimento, com finalidade de promover a

interdisciplinaridade e aprofundar os conteúdos entre as disciplinas da área, planejar, executar e avaliar de forma integrada o ensino, a pesquisa e extensão. São eles:

- Grupo Interdisciplinar de Ciências da Educação
- Grupo Interdisciplinar de Ciências Sociais
- Grupo Interdisciplinar de Comunicação e Expressão
- Grupo Interdisciplinar de Ciências

6.3 NÚCLEOS ESPECÍFICOS

Os Núcleos específicos são unidades acadêmicas especializadas permanentes ou temporárias de formação específica, com o objetivo de atender exigências curriculares, visando a formação continuada e prestação de serviços.

6.3.1 Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação – NEPE

De acordo com o Estatuto Geral do IFESP em seu Art. 5º § 2º e de acordo com o Regimento Geral no Capítulo III, Art. 46, os Núcleos Específicos são unidades especializadas destinadas a reunir especialistas do IFESP e da comunidade, com o objetivo de desenvolver programas de formação continuada e prestação de serviços.

O NEPE configura-se, assim, como uma unidade acadêmica especializada, de caráter permanente, que tem por função precípua, sob os aspectos administrativos, científicos e pedagógicos, coordenar e promover atividades de estudos de pós-graduação, pesquisas e extensão acadêmicas, em conformidade com a política de atuação institucional estabelecida pelos órgãos superiores do IFESP.

As atividades do NEPE, concernentes à implementação da política de ensino de pós-graduação, de pesquisa e de extensão acadêmicas do IFESP, têm como objetivos:

- Fomentar as atividades de pesquisa e extensão acadêmicas, apoiando e fornecendo orientação didático-científica à produção científica dos docentes e discentes do IFESP;
- Produzir e divulgar conhecimentos científicos, pedagógicos e didáticos associados aos processos de ensino e de aprendizagem;
- Desenvolver estudos e pesquisas relacionados com a prática educativa escolar e com a formação de docentes, gestores escolares e demais profissionais que atuam na Educação Básica;

- Propor e elaborar programas, cursos e atividades de formação continuada, voltados para os profissionais da educação, tendo em vista a políticas pública nacional e estadual para a educação e as demandas da rede oficial do ensino;
- Propiciar a divulgação do trabalho educativo e da produção científica de professores e alunos do IFESP, mediante a participação em eventos, intercâmbio com agentes de outras instituições e publicação em meio especializado.

Na busca da consecução desses objetivos, nos últimos anos, o NEPE tem se fortalecido e se constituído enquanto órgão estratégico da instituição, posto que vem desenvolvendo atividades relevantes para atender às necessidades formativas do sistema de educação pública do estado, no que diz respeito à formação continuada em nível de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, à pesquisa e à extensão.

6.2.2 Núcleo Interinstitucional de Educação Sexual – NIES

O Núcleo Interinstitucional de Educação Sexual – (NIES), de acordo com o Estatuto Geral do IFESP, é um Núcleo de Formação, Pesquisa e Extensão específico para a área de educação em saúde sexual e reprodutiva. Em consonância com o Estatuto em seu Art. 5º § 2º e de acordo com o Regimento Geral no Capítulo III, art. 46, o NIES é uma unidade acadêmica especializada, destinada a reunir a comunidade e especialistas do IFESP, cujo objetivo é desenvolver atividades voltadas para o fortalecimento das ações educativas em Educação Sexual e Saúde Sexual e Reprodutiva na rede pública.

A sua atuação justifica-se pelas evidências das pesquisas na área da sexualidade em escolas e serviços de saúde pública os quais revelam a incidência de gravidez na adolescência, a vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis, a infecção pelo HIV entre os jovens, a existência de mitos e tabus sexuais, o aumento de registros no caso de violência sexual, a exploração sexual infanto-juvenil, o desconhecimento sobre o tema, a as dificuldades de pais e professores no trato destas questões.

Diante do exposto, cabe ao estado assumir a missão de promover os direitos sexuais e reprodutivos, ou seja, assegurar os direitos a uma vida sexual livre de discriminação e coerção, o acesso a todo tipo de informação e educação de qualidade, assim como incluir o direito individual de mulheres e homens em decidir sobre o planejamento reprodutivo, bem como participarem com iguais responsabilidades na criação dos/as filhos/as, e terem o acesso aos serviços de saúde e educação em todas as etapas da vida.

Ao mesmo tempo, é necessário estabelecer um enfoque pautado na promoção da afetividade, amorosidade e cidadania de todos envolvidos, visando à formação integral e o bem-estar essencial a condição humana.

Nesta perspectiva, a importância do NIES assenta-se na necessidade de definir práticas formativas de promoção à educação sexual, afetividade e saúde sexual e reprodutiva no âmbito das políticas públicas de educação e saúde, de forma integrada e conjunta, atendendo às demandas existentes de crianças, jovens, familiares e profissionais da educação e saúde tendo em vista o caráter contemporâneo de uma sociedade plural e complexa.

- Ao que concerne a política institucional, o NIES tem como objetivos:
- Atuar na formação de profissionais da rede pública em Educação Sexual e Saúde Sexual Reprodutiva; Promover seminários, simpósios, oficinas pedagógicas, encontros e exposição dialogada que promovam o debate e construção de ações formativas na área de saúde sexual e saúde reprodutiva;
- Acompanhar e monitorar instituições públicas ou não em atividades de Educação Sexual e Saúde Sexual e Reprodutiva;
- Elaborar e publicar material didático pedagógico, envolvendo a temática da Educação Sexual, saúde sexual e saúde reprodutiva;
- Realizar estudos e pesquisas que viabilizem a implantação de ações formativas nas escolas e nos serviços de educação em saúde sexual e reprodutiva;
- Promover parcerias, convênios e ações de intercâmbio nas áreas de saúde, intervenção social e educação que contribuam para atividades conjuntas nas áreas da educação em saúde sexual e reprodutiva.

Por se constituir como uma unidade especializada o NIES busca consolidar seus objetivos, desenvolvendo atividades que possam contribuir para ampliar os conhecimentos na formação docente oferecido por meio de Temas Transversais segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

6.2.3 Núcleo de Educação a Distância – NED (em implantação)

Há uma demanda reprimida de público-alvo no estado do Rio Grande do Norte que clama por formação continuada. Há aqueles servidores que se encontram geograficamente distantes e aqueles que estão na capital e regiões metropolitanas, mas dadas as suas condições de trabalho, não dispõem do tempo necessário para frequentar os cursos ofertados presencialmente. São professores que trabalham em três turnos diários e, portanto não há

como compatibilizar suas atividades de sala de aula com uma formação continuada na modalidade presencial. Porém, para que se efetive a oferta de cursos na modalidade EAD é importante que exista uma proposta pronta, elaborada e exequível.

Uma das alternativas para atender a esta demanda de formação no estado do Rio Grande do Norte, é a implantação da modalidade de Educação a Distância no Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – IFESP. Para isto, estruturar o seu Núcleo de Educação a Distância será uma das condições necessárias para que as ações se consolidem segundo um regulamento ou regimento, amplamente discutido e aprovado pelos segmentos competentes da instituição.

O Núcleo de Educação a Distância terá um papel fundamental nesse processo, é um fator de grande relevância é a capacidade de envolvimento e articulação dos professores formadores no sentido de apropriarem-se da ideia de ampliar a capacidade de atendimento, ganhar público-alvo, fortalecer a instituição, divulgar as ações que desenvolvem, atingindo uma área geográfica bem mais significativa e abrangente.

O IFESP já tem um trabalho consolidado na área de formação de professores. Existe, portanto, por parte dos professores formadores, a vontade de trabalhar sempre com inovações, atendendo ao cumprimento do plano de metas da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura e ainda parcerias importantes com Secretarias Municipais de Educação dos municípios no interior do estado.

Com essa visão estratégica, o IFESP deverá direcionar os esforços no sentido de implantar a modalidade de Educação a Distância como forma de transpor as barreiras da distância geográfica e ofertar aos servidores públicos, mais especificamente os professores vinculados à Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, a formação continuada em níveis de graduação, pós-graduação e extensão. O núcleo de Educação a Distância terá um papel determinante na articulação das ações que venham a proporcionar um ambiente favorável à oferta de cursos na modalidade EAD.

É fato, que a Educação a Distância vem ganhando significativa importância e isto se percebe com o crescente número de instituições que se inserem nesse contexto atendendo a demandas que antes eram privadas das oportunidades de acesso aos programas de formação.

O IFESP precisa e deverá se instrumentalizar tanto no que se refere aos recursos humanos quanto a equipamentos, instalações físicas e estrutura organizacional. Nesse sentido, essas questões merecem uma atenção especial para que se definam os rumos que a instituição

deverá seguir e por isso, deverá ser realizada uma investigação de forma sistemática e efetiva no sentido de detectar as condições necessárias que deem sustentação à elaboração e implementação de um projeto de implantação de Educação a Distância no IFESP.

As perspectivas de oferta de cursos deverão acontecer em níveis de graduação, extensão, pós-graduação, por haver um quadro de professores especialistas, mestres e doutores, inclusive, com a formação específica em EAD. Entretanto, essas e outras questões devem ser revistas, como a compatibilidade das instalações físicas, a estrutura organizacional, se atende ou não as exigências da modalidade EAD, definição do público-alvo para os cursos ofertados, etc. Assim, o Núcleo de Educação a Distância irá ampliar e apoiar as ações que venham a ser desenvolvidas no sentido de garantir o acesso à formação continuada, dos professores da rede pública do RN.

Portanto, é indispensável que este núcleo se consolide como instrumento que irá encaminhar orientar e apoiar as ações no sentido de efetivar a modalidade de Educação a Distância no IFESP, uma vez que parte dos profissionais que compõe o seu quadro funcional já possui pós-graduação *lato-sensu* em EAD, mas não se apropriaram ainda do seu papel, na ocasião do desenvolvimento de cursos nessa modalidade.

O Núcleo de Educação a Distância do IFESP deverá ser o grande instrumento de disseminação do conhecimento para promover e facilitar o acesso à educação, à cultura e saberes na formação de professores nas suas diversas áreas, superando obstáculos da distância física e temporal por meio das mais variadas ferramentas de interatividade e recursos com a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

A sua infraestrutura deve contar com salas de informática localizadas na sede do IFESP garantindo a realização das atividades de tutoria e capacitação, disponibilizando computadores individuais, acesso à internet de alta velocidade, telefone, fax e acompanhamento tecnológico especializado, contribuindo, dessa forma para o desenvolvimento das ações em nível de formação inicial e continuada, , atendendo às demandas internas e externas, com o intuito de ampliar as oportunidades de acesso à formação, visando, sempre, à qualidade e à democratização do conhecimento e à redução da desigualdade educacional no Rio Grande do Norte.

O uso da tecnologia da informação em ambientes virtuais de aprendizagem tem modificado a relação ensino-aprendizagem entre professores e alunos. Essa ferramenta pressupõe a adoção de estratégias pedagógicas que instiguem a participação interativa, autônoma e colaborativa dos alunos. É neste contexto que o núcleo de EaD do IFESP deverá proporcionar a estrutura apropriada para o planejamento de cursos que utilizem as ferramentas

e os recursos tecnológicos, desenvolver conteúdos apropriados para a EAD, além de oferecer todo acompanhamento acadêmico-pedagógico por doutores, mestres e especialistas para esta nova modalidade de ensino.

O ambiente virtual de aprendizagem será a plataforma Moodle. O Moodle é um software livre, que possibilita o trabalho colaborativo entre os participantes. Tem sido largamente utilizado por professores como ferramenta de apoio à aprendizagem por dispor de um conjunto de ferramentas e recursos úteis que facilitam e ampliam as possibilidades de interação e construção do conhecimento em um mesmo ambiente.

A utilização das ferramentas (fóruns, chats, bibliotecas, videotecas, tarefas, lições, glossários e outras) disponíveis no ambiente de aprendizagem não exige nenhum pré-requisito, além dos conhecimentos básicos de acesso à internet de postagem de mensagem e envio de arquivos por meio eletrônico (e-mail).

A comunicação entre os participantes está fundamentada nesses pressupostos e, portanto, o sistema requer o mínimo de familiarização com suas funções específicas – o que é uma tarefa muito simples e que evolui à medida que os conteúdos e atividades propostos são disponibilizados. Desse modo, a aprendizagem torna-se mais dinâmica, eficiente e produtiva.

A orientação pedagógica deverá ser feita por profissionais com formação específica para atuar em cursos a distância, cuja função será a de prover o apoio necessário para que o aluno explore seu curso ao máximo e tenha um aprendizado significativo.

O tutor deverá acompanhar a turma em cada etapa, até o final, sempre estimulando a interação e colaboração entre os participantes. Entre tantas outras tarefas, o tutor irá auxiliar o aluno a dirimir suas dúvidas e questões sobre os conteúdos, as atividades e as avaliações do curso; participar de grupos de estudo e discussões, tornando-o parte de uma coletividade que objetiva construir conhecimentos de forma cooperativa, crítica e reflexiva, formando assim um círculo de aprendizagem; progredir em seu conhecimento, por meio dos comentários sobre seus trabalhos e sugestões, para seu aprimoramento nos temas estudados; refletir sobre sua prática e relacioná-la com as questões teóricas vistas no curso.

Para todos os cursos que venham a ser ofertados pelo IFESP apoiados pelo seu Núcleo de EAD, deverá ser feita a avaliação contínua das ações que dizem respeito à Tutoria e, periódica, quanto ao andamento dos cursos, com o objetivo de garantir a excelência dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento pedagógico e o aprimoramento dos cursos ofertados pelo IFESP.

Deverão ser criados, especialmente para cada curso, a identidade visual, que tem por finalidade facilitar a navegação do aluno na sala de aula virtual, de modo que ele possa

identificar prontamente seu curso, sua turma, os fóruns, os arquivos, as atividades, o cronograma, as informações, o site do curso e outras funcionalidades.

Assim o Núcleo de Educação a Distância do IFESP, de modo a atender às singularidades da oferta de curso na modalidade de Educação a Distância e o que recomendam os Referenciais de Qualidade em EAD deverá ter uma configuração específica. Portanto, é indispensável que este núcleo se consolide como instrumento que irá encaminhar, orientar, organizar e apoiar as ações no sentido de efetivar a modalidade de Educação a Distância no IFESP.

6.2.4 Núcleo de Formação de Professores do RN (NUFERN)

6.2.5 Escola Estadual Presidente Kennedy (Escola Laboratório)

A Escola Estadual Presidente Kennedy (Escola laboratório) vinculada a rede estadual de ensino atende a 300 alunos, em média, distribuídos nos turnos matutino e vespertino. A maioria destes alunos é oriunda de bairros circunvizinhos, embora frequentem alunos de quase todos os bairros de Natal e até de municípios vizinhos. A escola oferece Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), trabalhando em consonância com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional DE Nº 9.394/96, Legislação e Normas Federal/Estadual.

Serve também de Escola Laboratório para os alunos do curso de Pedagogia do IFESP nos estágios supervisionados e em todas as atividades que precisem de observação da prática, ou de experiências exitosas, como também desenvolvimento de projetos curriculares.

A escola trabalha democraticamente primando pela formação integral do aluno enquanto ser social, político e histórico, numa dinâmica que favorece a construção coletiva, o diálogo, a inclusão, o respeito às diferenças, a autonomia, a partilha e, sobretudo o espírito solidário.

Os índices pedagógicos da escola têm mostrado uma melhoria substancial no rendimento escolar do aluno. Nos últimos três anos a escola tem sustentado um percentual elevado de aprovação, tem zerado a taxa de abandono e reduzido significativamente a reprovação. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2009, alcançou a nota 5.3, atingindo a meta estabelecida pelo MEC para 2021.

O referido resultado evidencia as ações coletivas desenvolvidas pela escola as quais têm contribuído substancialmente para a permanência com sucesso do aluno na escola, bem

como para o cumprimento da finalidade maior da escola enquanto instituição social, que é assegurar a aprendizagem .

Vários aspectos foram essenciais para a melhoria da aprendizagem, dentre esses destacam-se: o compromisso de todos com a construção de uma escola verdadeiramente cidadã, a implementação, atualização e avaliação contínua do Projeto Político Pedagógico, a reorganização de um currículo formal articulado ao real, do fortalecimento permanente entre a escola e a comunidade, do trabalho com projetos sintonizado com a proposta pedagógica da escola e usos de estratégias diversificadas e, principalmente da atuação efetiva do Conselho Escolar.

6.3 COMISSÕES ESPECÍFICAS

6.3.1 Comissão de Avaliação de Pesquisa (CAP)

6.3.2 Comissão Controle Interno (CCI)

6.3.3 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

7 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Com a implantação em 1994, do Curso de Pedagogia para o Ensino Infantil e Fundamental, como experiência piloto de formação para professores, instituiu-se no Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy um mecanismo de avaliação com a finalidade de acompanhar, refletir e redimensionar o processo formativo, mais especificamente, o desempenho de docentes e discentes, denominado Balanço⁴, o qual, em conformidade com a Resolução de Avaliação nº 0, de 18 junho de 2004, em seu Art. 22, pode ser entendido como um momento “[...] qualitativo das atividades de cada curso, com a presença de alunos e professores formadores, sob a presidência do coordenador de curso, objetivando garantir o exercício dos princípios que norteiam o processo formativo”.

No percurso de dezessete anos em que o IFESP oferta cursos de formação para professores, modificações foram efetuadas na operacionalização do Balanço, mas o

⁴ RIO GRANDE DO NORTE. Projeto de implantação do Curso Normal Superior. Natal, RN: IFP, 1994.

mecanismo foi preservado em sua essência. Especificamente, no ano de 2004, o Regimento Geral da Instituição apresenta em seu Artigo 110 que

o processo de avaliação é norteado pelos princípios da qualidade da formação, relação entre teoria e prática e valorização da experiência do aluno, visando as competências intelectuais e profissionais que deverão ser adquiridas e/ou desenvolvidas no decorrer dos cursos ministrados pela Instituição.

A partir da análise das Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, apresentadas pela CONAES, observamos semelhanças e aproximações entre a avaliação, historicamente realizada no Instituto Kennedy, e o que apresenta os documentos oficiais do SINAES. Nesses documentos, a auto avaliação se constitui como:

[...] um processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-las no futuro (BRASIL, 2004, p. 20).

Por haver entendimento que o Balanço semestral coaduna-se com as orientações propostas pelo SINAES, o referido dispositivo passa a ser um mecanismo de auto avaliação institucional, somando-se a ele, outros instrumentos necessários para fornecer uma visão global do trabalho desenvolvido por esta Instituição.

Sendo assim, em atendimento ao SINAES, o IFESP criou uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) para conduzir os “processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP⁵” (BRASIL, 2004, p. 38).

O SINAES estabelece que a Comissão Própria de Avaliação (CPA), como órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica – docente, discente, técnico-administrativo e representantes da sociedade civil – deve observar as orientações gerais indicadas pelo Sistema, através das diretrizes, critérios e estratégias emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

As diretrizes estabelecidas para esse processo têm como eixo central dois objetivos:

⁵ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

1 Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e ao desenvolvimento institucional;

2 Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização⁶ (BRASIL, 2004, p.20).

Observadas as orientações indicadas pelo SINAES, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) elaborou um Projeto de Auto-Avaliação Institucional que procura, na sua organização, sistematização e na interpretação das informações, buscar a qualificação acadêmica e a consolidação de uma cultura de avaliação institucional com a qual a comunidade se identifique e se comprometa.

Compreende-se que o êxito desse Projeto está diretamente proporcional ao envolvimento e participação de toda a comunidade acadêmica. Para que tal intento seja alcançado, transformaram-se as pretensões em objetivos, a saber:

O Objetivo Geral:

- Realizar a auto-avaliação do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP) de forma global, participativa, contínua e integrada, no sentido de promover o autoconhecimento de suas potencialidades e identificar as causas de seus problemas e deficiências, considerando as diferentes dimensões instituídas pelo SINAES, na perspectiva da melhoria da qualidade acadêmica e do desenvolvimento institucional.

E os objetivos específicos

- Analisar a relevância acadêmica e social da Missão, das Políticas e do Projeto de Desenvolvimento Institucional, em razão das finalidades desta Instituição;
- Investigar de que maneira as ações da Instituição estão sendo operacionalizadas em função do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Político Pedagógico da Instituição (PPPI);
- Investigar as contribuições da Instituição para a inclusão social, ao desenvolvimento econômico, social e a defesa do meio ambiente, à produção artística, à memória e o patrimônio cultural;

⁶ MEC. Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior – CONAES. Diretrizes para avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília., 2004.

- Analisar como ocorre a comunicação entre a Instituição e a sociedade;
- Avaliar a política de pessoal (corpo docente e corpo técnico-administrativo), quanto ao desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- Analisar a gestão acadêmica do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy em termos de organização dos colegiados, sua interdependência e autonomia na relação com a mantenedora;
- Realizar um levantamento quanto à infra-estrutura física e recursos tecnológicos, verificando a compatibilidade com as reais necessidades da Instituição;
- Avaliar a gestão administrativa e pedagógica quanto a organização e funcionamento da Instituição;
- Avaliar a política de atendimento aos alunos;
- Analisar as condições financeiras da Instituição tendo em vista o significado social de seu compromisso com a oferta da educação superior.
- Propor alternativas de ajustes e superação quanto aos problemas detectados na auto-avaliação institucional.

Em novembro de 2008, foi realizado pela CPA o Seminário de Sensibilização com o objetivo de implantar o processo de Auto-Avaliação Institucional do IFESP. Neste seminário, foram constituídos 05 grupos de trabalho, de acordo com os tópicos que seriam avaliados: Discente, Docente, Equipe Administrativa e Funcionários, Egressos e Comunidade Externa. Esses grupos ficaram responsáveis pela aplicação dos instrumentos e sistematização dos dados coletados.

O desafio de implantar o processo de Auto-Avaliação em uma Instituição é complexo e exige da comunidade acadêmica maturidade e comprometimento no desenvolvimento das ações propostas. Avaliar o ambiente acadêmico coloca em cheque valores, pessoas e concepções que norteiam todo o trabalho desenvolvido na Instituição. Por isso, implica na capacidade de tomar decisões, atitudes de reflexão, responsabilidade e autonomia, expondo as dificuldades, limites e avanços atingidos, na perspectiva de superação das ações que apresentam fragilidades, bem como o aperfeiçoamento no cumprimento da função social da Instituição, no que concerne ao ensino, à pesquisa e a extensão.

Em 2010, foi elaborado um Relatório Final com o resultado do trabalho realizado pelos grupos anteriormente citados. Esse relatório serviu de subsídio para a definição das

metas que devemos perseguir no Projeto de Desenvolvimento Institucional-PDI no período 2011-2015.

O processo de acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI consiste em uma oportunidade de viabilizar o planejamento estratégico da instituição, disponibilizando assim a comunidade acadêmica acompanhar as suas atividades e refletir sobre as possibilidades de conhecer a instituição numa perspectiva de totalidade apresentando propostas que permitam o seu crescimento com vistas à melhoria da qualidade acadêmica.

O acompanhamento e a avaliação do PDI do IFESP previsto para o período 2011-2015 será coordenado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, com a participação dos segmentos: docente, técnico-administrativo, alunos e sociedade civil.

O eixo norteador do processo de acompanhamento e avaliação do PDI baseia-se na oportunidade de comparar

à missão, os objetivos, as políticas de ensino, pesquisa e extensão e o cumprimento das metas e seus devidos prazos.

Com isso, ensejamos construir o conhecimento sobre a própria realidade, compreendendo o significado de suas ações, identificando potencialidades e fragilidades objetivando melhorar a qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

Publicações Oficiais

BRASIL. Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006. . Acesso em: 17 Set. 2014. 37.

BRASIL. Lei nº 12.593 de 18 de janeiro de 2012. . Acesso em: 17 Set. 2015. 38.

BRASIL. Plano PluriAnual – PPA 2012-2015 e ANEXOS I, II, III. . Acesso em: 17 Set. 2015.